



---

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BELÉM

Ata da 4ª Sessão Ordinária / 17 de dezembro de 2019

## PREÂMBULO

---Aos **dezassete dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove** realizou-se, pelas **vinte e uma horas**, nas instalações do **Centro Social de Belém**, a **4.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2019**, convocada nos termos legais, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1** – Intervenção do Público; -----
- Ponto 2** – Período antes da Ordem do Dia; -----
- Ponto 3** – Apreciação e aprovação da ata da sessão de 30/09/2019: -----
- Ponto 4** – Apreciação e aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento, Norma de Execução Orçamental, GOP's – Plano de Atividades, PPI e PPA) e Mapa de Pessoal para 2020; -
- Ponto 5** – Apreciação e Ratificação de: -----
  - 5.1. Relatório de Avaliação do Projeto Socioeducativo do ano letivo 2018/19; -----
  - 5.2. Projeto Socioeducativo do ano letivo 2019/20; -----
- Ponto 6** – Apreciação e aprovação de: -----
  - 6.1. Bens a abater no inventário (ano de 2019); -----
  - 6.2. Alteração ao Regulamento de Inscrição nas Modalidades Desportivas; -----
  - 6.3. Alteração ao Regulamento interno dos campos de férias; -----
  - 6.4. Acordo anual de parceria com o Abrigo Infantil de Santa Maria de Belém – Centro Paroquial de Assistência de Santa Maria de Belém; -----
- Ponto 7** – Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia. -----

---A sessão foi presidida por Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (PSD), e secretariada por Luís Branco da Silva (PSD), Primeira Secretária, e José Alberto Gomes Pascoal (PSD), Segundo Secretário. Além dos elementos que integram a Mesa, compareceram os seguintes Eleitos: -----

- Helena Maria Ferreira Dias Ramalho (PSD)-----
- Maria Antónia Bairrão Pombo dos Santos Rodrigues Balula Santos (PSD)-----
- Fernando Manuel Magiolo Magarreiro (PSD)-----
- Maria Judite Oliveira Cristas Macieira Fragoso (CDS-PP)-----
- Diogo Afonso de Belfort Cerqueira Pereira Henriques (CDS-PP)-----
- Maria Teresa Mourão de Almeida (PS)-----
- António Óscar Rio Machado Rodrigues (PS)-----
- Fernanda Maria Bingalinha dos Santos Paredes (PS)-----
- Pedro Jorge Dias Pimenta Rodrigues (PS)-----
- Josué Carlos Marques Caldeira (PCP)-----

---Registaram-se os seguintes pedidos de substituição: Margarida Maria Olazabal Cabral (PSD); José Manuel Marques de Matos Rosa (PSD). -----

---Constatada a existência de quórum, o **Presidente da Assembleia de Freguesia** declarou aberta a sessão. -----

## PONTO 1 – Intervenção do Público

### --- Álvaro Santos (Municípe) ---

Vai ser rápido. O que me traz aqui hoje é desejar a todos os membros da Assembleia de Freguesia e às suas respetivas famílias umas boas festas, um feliz natal, e um bom ano de trabalho, que seja melhor do que foi este ano passado, que ainda não acabámos. De maneira que era isto que eu tinha aqui a dizer, apresentar as minhas saudações e votos de um bom ano, e de bom trabalho para o próximo ano, também aos representantes da nossa freguesia e aos funcionários. Eu agradecia que isto ficasse em ata.

## PONTO 2 – Período antes da Ordem do Dia

### --- Óscar Rodrigues (PS) ---

Eu gostava de apresentar-me aqui, não ainda enquanto membro da Assembleia, mas sim enquanto público, cidadão e municípe. Vou aqui prestar um depoimento, e a minha intervenção tem a ver, enquanto cidadão e enquanto municípe aqui da freguesia, com uma situação que já não é a primeira vez que falamos nela, já na anterior Assembleia, quer eu, quer aqui a nossa colega de Bancada, a Judite, também falou no assunto, que tem a ver com a vergonha daquelas obras na Bartolomeu Dias. Realmente, Sr. Presidente, o que eu queria dizer, e queria também informar todos os membros da Assembleia de Freguesia, e o público de igual forma, é que os meses vão passando e as coisas não acontecem. Pelo contrário, a situação tem-se vindo a tornar cada vez mais desastrosa, com a chegada do inverno a situação agrava-se. Eu, que resido ali, como o Sr. Presidente sabe, na ??? Infante Sagres, e é uma lástima, porque são centenas de famílias que ali residem, que não têm forma de aceder, nem de entrar, nem de sair. Hoje em dia, o estado daquilo e o nível a que aquela obra chegou, a entrada direta do condomínio para a Rua Bartolomeu Dias está bloqueada, só tem um único acesso, que é através de uma rua estreita para a Vila Correia, e todos os dias ali há confusão, com o movimento que o ginásio e que a marisqueira acarretam naquele bairro, trazem ali diariamente, a várias horas do dia, situações muito complicadas. Eu já assisti a cenas de pugilato, eu já assisti a bloqueios completos, quer do interior do condomínio, quer da própria Vila Correia, com filas de automóveis que vão até ao final da rua. Portanto, é essa situação que eu queria alertar ao Presidente.

Querida também perguntar o que é que foi feito, ou o que é que a Junta de Freguesia pretende fazer – obviamente, vai-me responder que a responsabilidade é da Câmara, a obra é da Câmara, a Câmara é que tem que responder a essas situações, mas como eu não falo diretamente com a Câmara de Lisboa, principalmente enquanto municípe, é ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia que eu peço esta exigência, estas justificações que eu peço perante a sua pessoa, sabendo que existem já alguns pedidos, nomeadamente para alguma intervenção da Junta de Freguesia no que diz respeito à entrada das garagens do condomínio, com estas obras e com este agravamento do congestionamento dos carros ali à volta da Infante Sagres, que todos os utilizadores do ginásio, quer os utilizadores e utentes da marisqueira, bloqueiam completamente aquelas ruas, e muitas vezes torna-se impossível entrar nas próprias garagens do condomínio. Não querendo ser juiz em

causa própria, mas o meu pai tem algumas dificuldades de locomoção, é uma pessoa que tem deficiência e que tem necessidades especiais, e já não é a primeira vez que fica com o carro bloqueado fora do condomínio e não consegue entrar. Sei que já lhe foi solicitado e sugerido tomar algumas medidas para tentar minimizar este constrangimento, nomeadamente a colocação de alguns pilaretes que protejam a entrada e a saída ali do condomínio. Gostava de saber, da parte do Sr. Presidente, que medidas é que estão pensadas, e de que forma é que vai articular a Junta de Freguesia com a Câmara Municipal de Lisboa para minimizar este impacto destas obras. Eu sei que o Sr. Presidente se farta de dizer que não quer a EMEL na freguesia, mas eu posso garantir que a EMEL, aqui nesta situação, era capaz de resultar bem.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Sr. Presidente, eu creio que esta questão se ajustará ao período de antes da ordem do dia. Relativamente ao conteúdo da sessão anterior, eu tinha uma questão a colocar ao Executivo.

Na sequência de uma pergunta de um membro da Assembleia, membro do Partido Socialista, o Sr. Presidente da Junta, relativamente aos Clubes Paula Vicente, diz, e repete isto por duas ou três vezes no texto, que temos muitas pessoas a dever dinheiro; muitas pessoas a dever dinheiro do pagamento dos Clubes Paula Vicente. A pergunta que eu gostava de fazer, para ter um melhor conhecimento sobre esta matéria: primeiro, estas “muitas pessoas” são quantas pessoas, que efetivamente devem pagamento; se a Junta de Freguesia tem conhecimento do por quê das dívidas das famílias relativamente a esta matéria. No texto da avaliação dos Clubes Paula Vicente é dito – e isto já vem repetido nos textos anteriores – que há um princípio que a Junta defende e implementa, que é o de que nenhum aluno deixará de frequentar o projeto caso apresente carências económicas; gostaria também de saber como é que isto é operacionalizado. E também, ainda sobre esta matéria, se a Junta de Freguesia tem algum trabalho, ou alguma caracterização sobre o padrão social dos utilizadores dos clubes.

**--- Presidente do Executivo ---**

Vou começar aqui pelo Sr. Membro da Assembleia de Freguesia, Óscar Rodrigues, que veio abordar hoje a questão da vergonha, que, de facto, é uma vergonha as obras na Rua Bartolomeu Dias. É uma vergonha, e por isso mesmo eu já lá estive, no outro fim de semana, a ver o que se passava. Não fui muito bem acolhido pelo responsável da obra, ao princípio; depois, aquilo melhorou. Mas, a ideia com que fiquei é que ele estava a tentar atirar as culpas para o mau tempo, e depois também para as reclamações que não permitiram que a obra decorresse durante a noite, e outro tipo de situações, para tentar atirar as culpas que lhe recaíam. Mas, depois de ter ouvido alguma coisa, ele também me disse que tinham acabado de ser descobertos vários achados arqueológicos, e portanto, que isso também ia atrasar grandemente a obra, e nomeadamente esses achados tinham sido fundamentalmente encontrados em frente ao Colégio do Bom Sucesso. Eu não sabia, fiquei a saber nessa altura, e por acaso tínhamos combinado uma conversa e uma visita com o Sr. Vice-Presidente da Câmara ao local – não só, mas também – e de maneira que ontem de manhã, com o Sr. Vice-Presidente da Câmara, abordámos essa matéria aqui em Belém. Ele não sabia desses achados arqueológicos, ele não sabia disso, e de maneira que, nessa altura, eu disse-lhe isso, ele achou estranho, ia saber o que é que se passava. O que ele me disse é que, realmente, o empreiteiro ??? que estavam muito desagradados com ele, estão

a pôr-lhe imensas penalidades, e não se admiraria se em breve tivessem que o substituir. Estava a tentar que eles acabassem a obra, mas pronto, ia saber o ponto da situação, concretamente, porque o Vice-Presidente da Câmara neste momento tem a tutela da SRU, que é a empresa municipal que está a executar a obra. Bem, isto foi dito lá.

De facto, aquilo está muito complicado. Eu alertei a Câmara já várias vezes, as pessoas vêm falar comigo e alertam que aquilo está muito estreito, está muito perigoso, “veja lá se não há um problema qualquer”, até familiares meus, e várias pessoas. Eu estive lá no outro dia, e aquilo são cinco metros de um lado ao outro, nos dois sentidos, cinco metros – dois metros e meio de cada lado. E aquilo é propositadamente; nestas novas regras da mobilidade, as ruas são muito estreitas. E o objetivo é que as pessoas andem devagar. Só que, no meu entendimento, eu acho que isto é muito perigoso, porque uma pessoa tem uma pequena distração, bate no outro, e é uma colisão, um choque frontal. E de maneira que eu acho que vai ser muito difícil circular naquelas ruas.

Mas, o que eu vos posso dizer é que estamos a acompanhar isso com atenção. Realmente, isto correu mal, desde o início, a partir do momento em que foram lá só três dias antes de iniciarem a obra dar-nos conta do que iam fazer, e depois, esse plano de trabalhos, que é dividido em três partes, não foi cumprido, com certeza com algumas reclamações que houve por causa dos trabalhos à noite, mas alteraram tudo – ???, e vamos trabalhar só durante o dia, não vai ser em toda a linha, não vai ser em três fases; vai ser tudo de uma vez. E ficou tudo fechado. Mas, dizia ele: “Vai ser mais rápido assim; assim vai ser mais rápido.” Eu nunca acreditei, enfim. Mas, pronto, o que é certo é que já devia estar acabada a obra, era no final de novembro, e já estamos a meio do mês de dezembro. O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa – é uma obra da SRU, que é uma empresa da Câmara Municipal de Lisboa – está muito chateado, muito aborrecido, e disse que estão neste momento em cima deles para ver como é que isto vai acabar ??? com essa questão do jardim, dos achados arqueológicos, ??? também. Isso é um facto também. Agora, também não sei isso pela SRU; soube pelo empreiteiro. Isto quanto à Rua Bartolomeu Dias.

Obviamente, há entidades que estão em pânico – não sei como é que está o Colégio do Bom Sucesso, as pessoas já tinham pago as propinas, e portanto, não vão tirar as crianças do colégio. Mas, há ali restaurantes que estão atrapalhadíssimos. Como há aquelas obras naqueles edifícios da antiga Universidade Moderna, e das antigas instalações que estão aqui atrás do próprio colégio, está aquilo tudo tapado, e as pessoas antes deixavam os carros ali atrás, numas travesses, e neste momento aquilo está tudo bloqueado, é um pandemónio. Aquilo foi feito, de facto, ??? depois tinham lá uns estacionamentos feitos em frente a garagens, e coisas do género, depois tentaram retificar aquilo. Neste momento, há muitos restaurantes, e outros, desejando que isto acabe rapidamente, para ver se se conseguem safar.

E este troço da Rua de Pedrouços, na Rua de Pedrouços – vejam lá ??? esperemos que agora ??? Bartolomeu Dias, Pedrouços está lá a acontecer a mesma coisa, estamos a tentar avisá-los o mais cedo possível, para poderem planificar a situação. Nós, pelo menos, já aproveitámos este facto de não passarem os elétricos para fazermos as podas das árvores na Rua de Pedrouços, já adiantámos os trabalhos, já fizemos as podas na Rua de Pedrouços, porque as árvores estavam muito crescidas. E portanto, isso já foi feito. Mas, num futuro breve – não vou estar a marcar

quando ??? na Rua de Pedrouços. Portanto, vamos lá ver se vamos tirar as devidas lições desta, para que tal não aconteça, como está a acontecer ainda. Esperemos que não demore muito tempo.

Quanto à EMEL, ??? a EMEL, no entendimento dos meus colegas de Alcântara e da Ajuda, por exemplo, de toda a zona ocidental de Lisboa, não interessa simplesmente porque não vem resolver nada. Se fosse uma única Junta; agora, andar a pagar em diferentes sítios – vou levar a criança à creche, pago ali, vou tomar um café, pago outro tanto, para ir apanhar o comboio, pago, não faço outra coisa senão andar a pagar à EMEL nas nove zonas que a EMEL queria aqui fazer na freguesia. Percebo que tenham que arrecadar verbas para ajudarem a Câmara a pagar as despesas e os investimentos. Aqui ainda não há problemas assim tão graves que justifiquem a entrada da EMEL. Vejam os exemplos dos Olivais, vejam os exemplos de Benfica, está uma guerra, tudo em pandemónio. Dizem-nos: “Não os deixem avançar, porque depois de lá estarem, é o fim.” Por isso mesmo, a EMEL, só de uma forma muito localizada é que nós a aceitamos aqui, porque achamos que não é positivo para a nossa freguesia, porque neste momento temos estacionamento, mais ou menos, vai-se arranjando, mas não pagamos; de outra forma, tínhamos, mais ou menos também, estacionamento, mas dessa forma pagávamos.

Quanto a uma situação que vos posso dizer também, evitei que a Polícia Municipal fosse rebocar carros ??? o Comandante da Polícia Municipal, e muito bem, falou comigo, a perguntar o que é que eu achava de ir, no dia seguinte, proceder a uma série de reboques aqui na freguesia, e disse-me várias zonas, e uma delas era essa. E eu disse: “Sr. Comandante, tenha paciência. Rebocar numa zona daquelas ??? uma caça à multa. Não faça isso.” E ele foi perfeitamente compreensivo e não mandou os reboques ??? como é evidente, está a situação como está.

Quanto ao Sr. Membro da Assembleia, Josué Caldeira, Clubes Paula Vicente: os Clubes Paula Vicente são um processo emblemático, único em Lisboa. Ainda hoje tive oportunidade, às nove da manhã, de estar lá na Escola Paula Vicente a assistir àquele fantástico ??? de natal, tem um novo Diretor que é do melhor que há, em qualquer parte do mundo, é fantástico, uma força da natureza, está logo às oito da manhã a receber os alunos e os pais que chegam, quando os pais estão atrasados, vai falar com os pais, até dá prazer ver, de facto, dirigentes de escolas tão bons como o Diretor da Escola Paula Vicente.

As pessoas, de facto, pagam entre dois (2€) e dez euros (10€) por mês, consoante o rendimento, é praticamente simbólico, mas mesmo assim há algumas pessoas que não pagam. É um valor residual, são muito poucas, mas quando isso acontece, nós pomos em contato com a nossa assistente social, para ver quais as razões – uma pessoa que não pode pagar, por mês, entre os dois (2€) e os dez euros (10€), numa situação destas, em que nós temos, durante quatro horas por dia, as crianças à nossa guarda, com atividades diversas, quer dizer, tem que haver uma situação grave, são dois ou três cafés por mês. Mas, se realmente não podem pagar entre os dois (2€) e os dez euros (10€), ??? cidadãos iguais, com os mesmos direitos e com os mesmos deveres. Quando não pagam, ??? e nesse caso, as assistentes sociais averiguam o que se passa, para os devidos efeitos. É isso que tinha a informar sobre os Clubes Paula Vicente.

**--- Óscar Rodrigues (PS) ---**

---

Sr. Presidente da Junta, desculpe lá dizer, mas o Sr. Presidente disse que está aborrecido, e que o Sr. Vice-Presidente da Câmara estava aborrecido pelas obras da Bartolomeu Dias. Desculpem lá, mas quem está aborrecido sou eu, que demoro todos os dias uma hora para entrar em casa e uma hora para sair de casa. E não aceito que o Sr. Presidente venha dizer: “A Polícia Municipal, ali na zona, devia ordenar o estacionamento, e a situação não é solução.” Então, como é que quer que eu saia de casa, e entre em casa, eu e as outras famílias que ali residem? Se não é com recurso à Polícia Municipal, vamos ter que andar todos ali à bofetada. É uma vergonha aquilo que acontece hoje, decorrente das obras – que eu sei que não são da sua responsabilidade – ali na Bartolomeu Dias. Agora, tem que ajudar a encontrar uma solução, não pode ser atirar a responsabilidade para cima dos outros, e depois, naquilo que lhe compete, que tem possibilidade de ajudar, que é pôr ali a Polícia Municipal a trabalhar, mais não seja nos períodos de entrada e saída dos horários laborais, e não pôr lá, porque acha que não é razoável. Desculpe lá, discordo absolutamente.

**--- Presidente do Executivo ---**

Desculpe lá, eu não me fiz entender: eu não estou contra a intervenção da Polícia Municipal; aliás, acho que a Polícia Municipal deve lá estar, como esteve lá muitas vezes. ??? problemas muito complicados a pessoas ??? mesmo em frente àqueles prédios, em frente ao Colégio do Bom Sucesso, as pessoas não conseguiam sair das casas, naquele parque de estacionamento ??? parque de estacionamento, com carros ali a bloquear. Esses aí têm que ser bloqueados. Sou é contra, neste momento, ir para lá rebocar carros, só por estarem em cima de um passeio, ou outro, porque não há estacionamentos, rebocar carros por rebocar. Isso é que não, e era disso que eu estava a falar. Agora, a Polícia Municipal tem que lá estar, por maioria de razão, para ajudar e não deixar ocorrer situações em que as garagens fiquem bloqueadas, e ajudar a que aquilo avance o mais rapidamente possível, para rapidamente aquilo ficar resolvido. E tenho esperanças de que em breve aquilo vai ficar resolvido. Mas, não estou contra, pelo contrário, têm que lá estar; agora, não é para aquelas operações de rebocar só por rebocar, uma autêntica caça à multa. Eu bem sei que às vezes estas situações são muito queridas para a EMEL ???.

**PONTO 3 – Apreciação e aprovação da ata da sessão de 30/09/2019**

*Colocada a votação, a ata em apreço foi aprovada por unanimidade. -----*

**PONTO 4 – Apreciação e aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento, Norma de Execução Orçamental, GOP’s – Plano de Atividades, PPI e PPA) e Mapa de Pessoal para 2020**

**--- Óscar Rodrigues (PS) ---**

Relativamente aqui ao Ponto n.º 4, vou contar aqui uma pequena história, porque há coincidências que não lembram ao diabo. Sr. Presidente, como sabe, na minha atividade profissional, lido com muitas forças vivas da cidade, e muitas forças policiais. Eu já devia ter referido isto no período de

---

antes da ordem do dia, mas vou aproveitar este ponto, porque, se calhar, as coisas até estão relacionadas. A Assembleia de Freguesia é o órgão, por excelência, de fiscalização de toda a atividade da Junta de Freguesia, todas as Bancadas têm responsabilidade nessa fiscalização e na aprovação de tudo aquilo que é documentação. Eu acho que há aqui um dever básico, que é o dever da informação – todos nós devemos ter, todos os membros da Assembleia, das diferentes forças partidárias, devemos estar cientes e conhecedores dos problemas que assolam a Junta de Freguesia, até para podermos, depois, deliberar em plena consciência. Por via dos meus conhecimentos, curiosamente, no outro dia, chegou-me aos ouvidos, através de uma pessoa amiga que trabalha numa instituição do Estado, que estaria a Polícia Judiciária a visitar as instalações da Junta de Freguesia. Eu gostaria que o Sr. Presidente ou o Executivo nos desse algum esclarecimento sobre o por quê de, na semana passada, ter havido essa visita, se tem alguma coisa a ver com o plano de execução orçamental, ou não, ou se existe ali algo que nós, membros da Assembleia, devamos saber. Portanto, era só esse pedido de esclarecimento.

**--- Presidente do Executivo ---**

Agradeço-lhe a pergunta, é ótimo para poder esclarecer. Acho que é extemporâneo, mas de qualquer forma, posso dizer-lhe que, há dois ou três dias, estavam a sair pessoas da Junta de Freguesia – estivemos a atender pessoas, vinte minutos cada uma – e entram oito pessoas. Eu estava a receber, com uma colaboradora minha, entram oito pessoas e dizem que são da Polícia Judiciária, na Junta de Freguesia. Disseram-me lá para dentro ??? saber o que é que se passa, ??? o que é que se passou, vêm ter comigo, dizem que são elementos da Polícia Judiciária, para fazer uma busca, ??? mandado de busca e apreensão. Então, quando ela entrou para o gabinete, veio o Inspetor-Chefe atrás – aliás, como é normal neste tipo de situações. E eu, obviamente, estava a acabar aquela conversa, aquela audiência, acabei, mandei embora, e mandei suspender todas as situações. Depois, vi o mandado de busca, e verifiquei o que é que se passava. Há uns meses, como sabe, houve um técnico superior, que era o coordenador dos licenciamentos, que por nossa intervenção, foi denunciado à polícia, porque andava a chantagear vendedores ambulantes. Isto é, há cerca de uns dois anos, ele andava a cobrar diretamente verbas pecuniárias, ao mesmo tempo que eles pagavam rendas à Junta. Eu soube isso por mero acaso, nas minhas voltas de bicicleta e contato com um vendedor ambulante ??? e quando confirmei que isso era verdade, imediatamente fui ter com a polícia. E depois, é o que se sabe, o que aconteceu, pronto. Moral da história: preparou-se uma cilada em que essa pessoa da Junta de Freguesia, esse funcionário, foi apanhado em flagrante a receber dinheiro dessas pessoas. De maneira que essa pessoa foi apanhada, tinha, aliás, mensagens comprometedoras de várias ordens, está lá tudo no processo – há um processo, não vou agora estar aqui a perder muito tempo, mas já transitou em julgado, já foi condenado – aliás, já foi despedido por processo disciplinar da Junta, despedido. Dois processos, um de trabalho, e outro penal. No processo de trabalho, já foi aquela parte toda, nós fizemos o processo disciplinar, e a outro foi o Ministério Público, e nós como assistentes. Nesse processo-crime, ele já foi detido, acusado e condenado, a pena suspensa, mas tem que pagar uma verba mensal a cada um dos lesados, e quando deixar de pagar alguma verba, é imediatamente preso.

Essa pessoa, na audiência do julgamento – contou-nos o nosso advogado – disse lá umas coisas a meu respeito, eventualmente para ver se conseguia que aquilo fizesse a engrenagem da



máquina para ??? dele. Mas, o Ministério Público, e muito bem, o que é que fez? Aliás, a juíza fez sinal ao Ministério Público, ficou em ata ??? o processo nessa parte. E era fundamental, e diz o seguinte: ele utilizava constantemente o meu carro para coisas pessoais, nomeadamente para ir levar roupa da minha mulher à lavandaria – o carro da Junta, da minha atividade normal da Junta – outro, que o fundo de maneiio era de quinze mil euros (15.000€) – geralmente são três mil euros (3.000€), nunca houve de quinze mil euros (15.000€); o fundo de maneiio é de três mil euros (3.000€), à guarda do Sr. Presidente. O fundo de maneiio, aliás, é assinado por dois membros – eu e o Dr. João Carvalhosa, ou outro membro do Executivo, mas normalmente somos os dois – só assinamos o cheque e damos às funcionárias, nem gerimos o fundo de maneiio, nem nada daquilo ??? zero também.

Depois, também falou que fazíamos muitos panfletos, para o Belém Vólei, para o Belenenses, para aquilo tudo, e depois aquilo não se escoou, ficam lá, que fazemos muitas, e que não são utilizadas. Primeiro, essa questão ??? se são utilizados, ou não, somos nós, em primeiro, mas o que é certo é que eles andaram à procura lá, e não encontramos nenhum panfleto que sobrasse, tinha sido tudo distribuído, nós não temos panfletos desses.

E depois, houve mais uma coisa nos processos, um da inauguração do Hotel do Governador – que não foi intervenção nossa, foi intervenção da Câmara; outro foi do processo do ??? aquela exposição ??? – que, aliás, foi um processo em que nós apresentámos queixa deles, não é por não terem ??? aliás, foi conforme as instruções todas que eu dei, foi cobrada a taxa administrativa, foi cobrada a taxa de espaço público, foram dois mil e tal euros, no conjunto. E eles pagaram as taxas à Junta, estão lá os recibos. Mas, ele dizia que não pagavam, uma confusão. Mas, o Ministério Público tem que atuar. Mas, realmente, foi só ??? colegas meus ??? de 2015 até agora, ???. Mais, não foram ao telemóvel, não foram às gavetas, não foram a minha casa – há certos aspetos técnicos que uma pessoa, sendo jurista, sabe de algumas coisas; se houvesse uma coisa muito fundada, iam logo às casas das pessoas. Mas, pronto, não interessa, não vou entrar nesses pormenores, porque sei que eles tinham que fazer isto, e sei que – aliás, se fosse o Ministério Público, fazia a mesma coisa: isto é, há uma denúncia, é evidente que eles têm em devida linha de conta que é uma pessoa que está a ser julgada, porque nós participámos dela, obviamente essa pessoa tenta de todas as formas e mais algumas lançar a confusão. Isso tem que ser tido em devida conta. Agora, o que é certo é que a Polícia Judiciária tem que cumprir as instruções dos magistrados. Eu só soube que era dessa pessoa porque, realmente, era tal e qual as coisas que o nosso advogado tinha dito, que no tribunal houve essa discussão, que ele tinha dito de mim coisas completamente irrisórias. E realmente, para a experiência que eu tenho tido, de casos mais ou menos idênticos, com colegas meus, alguns até são arguidos em alguns casos, realmente têm sido cenas muito mais rocambolescas, porque vão a casa, ao telefone, enfim.

De maneira que foi isso que aconteceu.

**--- Óscar Rodrigues (PS) ---**

Sr. Presidente, o que eu pedi foi que o Sr. Presidente elucidasse ou informasse a Assembleia desse tipo de situações. Nas próximas diligências da Polícia Judiciária, se for esse o caso, que a Assembleia de Freguesia seja informada.

**--- Presidente do Executivo ---**

Nem me lembrei, porque senão, na própria informação escrita tinha falado sobre isso. Mas, não me lembrei.

**--- Fernanda Santos (PS) ---**

Relativamente ao Plano de Atividades que aqui nos é apresentado, e Orçamento, nós estivemos a analisar com o devido cuidado – aliás, estivemos presentes em reunião, e tivemos oportunidade de dar algumas sugestões, daquilo que considerávamos que pudesse ser importante executar neste próximo ano.

Uma das áreas que aqui é destacada no Plano de Atividades é a educação e a ação social – é, aliás, o principal foco deste Executivo, para além da higiene – naturalmente, têm sido aqui feitas as referências ao problema que existe na Junta relativamente às questões de higiene urbana – o desporto também foi uma área destacada neste Plano de Atividades pelo Executivo, assim como a concretização, finalmente, em 2020, de um *síte* para a nossa freguesia, para termos uma informação mais atualizada. Portanto, face a esta introdução e a esta intenção, li com grande entusiasmo o Plano de Atividades.

Começando pela ação social e pela educação, Sr. Presidente, aquilo que verifiquei é que o Plano de Atividades para 2020, para esta área da ação social e da educação, que são o foco do Executivo para 2020, é exatamente idêntico ao foco de 2019, linha a linha, alínea a alínea. Portanto, fui folheando o Plano de Atividades, com esta curiosidade de verificar o que é que tinha sido proposto em 2019, e o que é que estava a ser proposto para 2020. E é exatamente a mesma coisa, linha a linha, parágrafo a parágrafo, página a página. Fiquei assustada e preocupada, como deve calcular, pelo esforço que é feito pelo Executivo ao preparar um ano de trabalho do Executivo em benefício dos fregueses.

Há áreas em que claramente há aqui um esforço, nomeadamente na área da higiene urbana, e aqui houve um esforço para dar uma informação mais detalhada, assim como na área dos espaços verdes e na área da higiene urbana – higiene urbana, espaço público e espaços verdes. Aqui, sim, houve alguma atualização da informação que estava a ser fornecida. Mas, vou dar-lhe um exemplo, também para elucidar aqui todos os presentes que possam não ter tido a possibilidade de ler este Plano: na área da educação, a criação do projeto de alimentação saudável, estava previsto no ano passado. Não foi concretizado? É uma continuidade? Cria-se em dois anos? Mas, exemplos destes são comuns, que nós encontramos no Plano de Atividades. Construção dos parques caninos, no ano passado. Não sei se, entretanto, não foram construídos; mas se agora forem mais dois, são quatro, ou efetivamente não se executou esta medida? Criação ??? desportivos, não foi executada, está exatamente nos dois Planos, dos dois anos (2019 e 2020). Requalificação do Jardim Pulido Garcia, já estava previsto em 2019, e agora mantém-se.

Portanto, são inúmeros os exemplos destas medidas que estão previstas para este ano, que repetem exatamente as mesmas do ano passado. Ora, vendo depois o Orçamento – isto só em termos muito gerais, digamos que não fomos à especialidade – em termos muito gerais, Sr.

Presidente, no ano passado, em termos de receita, em 2019, aqui em números redondos, quatro milhões e setecentos mil euros (4.700.000€); este ano há cinco milhões e oitocentos mil euros (5.800.000€) – estou a falar em números redondos. Ora, há aqui um acréscimo de mais de um milhão de euros (1.000.000€), isto em termos de receitas. Em termos de despesas, acontece exatamente a mesma coisa: no ano de 2019, houve uma despesa de quatro milhões e setecentos mil euros (4.700.000€), houve uma despesa em 2019 idêntica à receita – portanto, aquilo que ganhámos, gastámos – assim como em termos de despesa temos, para 2020, previstos cinco milhões e oitocentos mil euros (5.800.000€), em números redondos.

Ou seja, a minha questão, depois de analisado este documento, é como é que, com este incremento que existe em relação às receitas, havendo mais despesas, onde é que se encontram estas despesas plasmadas nas atividades que estão previstas, uma vez que as atividades são as mesmas. As atividades deste ano são idênticas às atividades do ano passado. Portanto, o que eu gostaria que explicassem a esta Assembleia é como é que, havendo, efetivamente, mais dinheiro na Junta – porque é isto que as pessoas entendem, há mais dinheiro, que pode beneficiar as obras e todo o trabalho em benefício dos fregueses – como é que o Plano de Atividades reflete este dinheiro que, em grande parte, vem da transferência dos contratos da delegação de competências, onde é que este dinheiro está a ser aplicado. Era esta a minha principal questão.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Sr. Presidente, antes de iniciar propriamente sobre este ponto, eu queria recuar um pouco, muito rapidamente, para dizer o seguinte – e sem dar maior importância do que aquilo que a coisa merece: obviamente que todos nós tomamos aquilo que aqui é dito por boa informação, por boa fé. É sobre a questão dos Clubes Paula Vicente. Eu vou repetir aquilo que o Presidente da Junta de Freguesia disse na sessão anterior, vou ler: *“E mesmo assim, temos muitas pessoas a dever dinheiro.”* *“Muitas pessoas a dever dinheiro”* – é o que é dito – *“... Mas, eu já disse, disse que eram sessenta mil euros (60.000€) de investimento, depois de excluídas as participações dos pais, com o valor simbólico de dois euros (2€) a dez euros (10€), e há muitas pessoas a dever dinheiro.”* Agora, o Sr. Presidente vem dizer que este número é marginal. Vamos lá ver, a questão da pobreza, das desigualdades, das disparidades, é uma coisa séria. E quando eu recebo esta informação, sem querer fazer qualquer análise e juízo de valor inicial, mas obviamente que fiquei preocupado com esta informação, quando se diz que são muitas pessoas. Nós temos cento e trinta e sete pessoas inscritas, cento e trinta e sete miúdos inscritos nos clubes. Isto quer dizer o quê? Vinte pessoas? Vinte famílias? Cinquenta? Sessenta? Cem? Agora, o Sr. Presidente veio dizer que isto é um número residual. Eu acho que se deveria ter mais cuidado com os comentários e com a informação que passam.

Relativamente ao Plano de Atividades, eu começaria por fazer duas perguntas em concreto, e depois fazia os comentários. As perguntas, em concreto, são as seguintes: no texto que a Junta de Freguesia apresenta é dito, logo na segunda página, na introdução: *“2020 vai ser o ano da reorganização administrativa.”* Depois, não me parece que a coisa seja suficientemente explicada ao longo do texto. E a pergunta é o que é que isto quer dizer, em que é que isto se vai traduzir, e reorganização administrativa em que sentido.

A segunda pergunta é sobre as AEC's e as tabelas das despesas que são apresentadas. Há uma nova coluna, que é uma coluna com informação importante, e há uma nota sobre esta questão, que é: a freguesia decidiu não renovar o protocolo que prejudica as freguesias face aos privados. A coisa não é explicada no texto, e eu gostaria também que me explicassem o que é que está subjacente a este ponto.

Estas são as perguntas em concreto. Agora, faço uns comentários genéricos.

Não combinei com a Fernanda, mas confrontei-me com a mesma coisa. E a primeira nota que eu quero referir é, de facto, a lista substantiva de ações que navegam nestes documentos de ano para ano, e que eu acho que deviam ser mais cuidadosamente tratadas. O projeto dos cuidadores informais (pág. 7), o projeto da alimentação saudável (pág. 14), o torneio de basquetebol (pág. 33), o prémio literário, o concurso de artes plásticas e o concurso de fotografias (pág. 35), e inclusivamente a introdução de algumas novidades no que concerne às atividades nas piscinas (pág. 37). E como a Fernanda também diz, isto prolonga-se. Eu acho que sendo este o mais importante documento de política e político de um órgão – neste caso, da Junta de Freguesia – eu acho que isto devia ser visto com mais cuidado, e que as coisas deviam ser feitas com mais rigor.

Depois, a informação que é prestada não permite perceber – porque o discurso que é feito é reduzido – qual é o projeto que a Junta de Freguesia tem com o CLAS e com a Comissão Social de Freguesia.

E também gostaria de referir o seguinte: as Juntas de Freguesia em Lisboa, hoje, têm uma dimensão orçamental que coloca estes órgãos em níveis de proposta e de programa político muito superiores àqueles que até à altura antes da reforma administrativa em Lisboa se verificavam. E eu gostaria de sinalizar que neste programa, assim como nos outros programas anteriores, não tem existido nenhuma preocupação – e as novas competências das Juntas assim o permitem – não tem existido nenhuma preocupação, nomeadamente com a valorização e a recuperação de património histórico e cultural da freguesia. Eu gostaria de sublinhar em particular, dado o adiantado grau de degradação que os objetos já têm, gostaria de sublinhar o estado dos dois moinhos do Jardim dos Moinhos de Santana, cujo grau de degradação, inclusivamente do instrumento mecânico, já coloca em questão a sua funcionalidade. Eu gostaria de recordar que nos saudosos tempos da “Coligação por Lisboa”, os Moinhos de Santana eram mínimos centros de ciência viva, onde havia elementos de educação ambiental, histórica, das famílias e dos jovens. E eu creio que, inclusivamente na sequência do quadro de delegação de competências, era já tempo de esta Junta de Freguesia dar este salto e tratar com mais cuidado este conjunto de preocupações, nomeadamente esta questão, porque é um elemento, de facto, distintivo que a freguesia tem no quadro de um património que é incomum na cidade de Lisboa.

Por outro lado, ainda que a freguesia não seja a mais carente, as questões ambientais são de sinalizar como ausentes neste documento.

A questão fundamental deste Orçamento é, de facto, essa passagem dos quatro vírgula oito (4.800.000€) para os cinco vírgula nove milhões (5.900.000€). E esta passagem tem uma

fundamentação – aliás, explicitamente está referida nas páginas do texto: a passagem é dada pelos contratos de delegação de competências, nomeadamente os contratos das novas delegações, a nova geração dos contratos de delegação. E eu, aqui, sou obrigado a repetir-me, porque já andámos a falar nisto nas últimas duas ou três sessões: este documento peca – e este aumento, que é um aumento fundamentalmente do ponto de vista do investimento, ainda que não totalmente, é um aumento que muda a atividade da Junta, porque como já aqui foi dito, no que diz respeito às outras matérias, há uma tendência de continuidade, legitimamente, da Junta de Freguesia. E eu repito-me: este documento peca, de facto, por falta de informação sobre esta matéria. Os contratos de delegação de competências não têm um tratamento específico neste documento – e eu já descobri, já sei que uma das obras que vai ser feita com base no contrato de delegação de competências de nova geração é a cobertura do polidesportivo de Caselas. E portanto, esta informação é uma informação que falta à Assembleia de Freguesia – e eu aqui acompanho o que foi dito há pouco, da importância que para este órgão tem a informação da gestão – e a informação sobre estes contratos é uma informação que não é clara – não direi “rigorosa”, porque não quero entrar em juízos de valor desse tipo, mas é manifestamente incompleta para podermos ajuizar o desenvolvimento que é proposto.

E chegado a este ponto, eu coloco duas questões: neste salto dos quatro vírgula oito (4.800.000€) para os cinco vírgula nove milhões (5.900.000€), há duas parcelas que se destacam: a de aquisição de bens de capital, em seiscentos e cinquenta e um mil euros (651.000€) a mais – depreendo que seja a cobertura do polidesportivo de Caselas, mas gostaria de saber o quê mais, que obras em concreto, mais – assim como há também um significativo aumento na aquisição de bens e serviços, em mais duzentos mil euros (200.000€) do que o ano anterior. E a questão que eu gostaria de colocar era em que é que isto se vai traduzir.

**--- Presidente do Executivo ---**

Mais uma vez, muito obrigado pelas perguntas.

Vamos começar com a Fernanda Paredes, que fez uma longa dissertação sobre o Plano de Atividades. Nós podemos melhorar – aliás, eu sei do grande cuidado que tivemos, no encontro com a Oposição – por acaso foi engraçado, porque durante esse encontro não vimos grandes divergências nos nossos pontos de vista. Tivemos o cuidado, com a Oposição, de saber o que é que queriam que fosse posto no Plano de Atividades, quando a recebemos, ponderámos todas essas situações, e de facto, não há muitas situações em que nos possam dizer que tivemos posições muito distantes, não achei nada disso. Agora, é evidente, também temos que perceber que isto funciona assim, há a situação da Oposição, e à Oposição compete fazer isso – também me acontece isso na Assembleia Municipal, em relação à situação da Câmara de Lisboa, em que estou na Oposição, faço precisamente esse papel. Eu percebo isso também. Mas, com certeza.

Podemos já falar daquela questão de ser idêntico, em 2020, a várias situações em relação a 2019. Para já, é preciso conhecer a situação em que isto funciona. Como é evidente, nós somos eleitos para um mandato, e o mandato tem quatro anos. Como é evidente, os Planos de Atividades são anuais, são uma sequência uns dos outros, para no final do mandato termos os nossos compromissos assumidos. Pode acontecer muitas vezes estarmos a tentar fazer num ano uma

certa atividade, e ela passar para o ano seguinte; o que interessa é que no final do mandato está tudo cumprido. Estejam descansados, que isso está bem nas nossas mentes; pela experiência que eu tenho, que já cá estou há uns anos, tenho sempre a preocupação de ??? as coisas que vamos fazer, quando ficam feitas. Não há muita coisa que não fique feita das nossas promessas e dos nossos compromissos.

Agora, o projeto de alimentação saudável é emblemático, porque realmente tentámos fazer – e eu tenho a responsabilidade disso – tentámos fazer esse projeto no Jardim de Infância de Belém e na Creche de Belém ???. E sabe por quê? Vou explicar: porque a Câmara estava a tentar pôr isto para o nosso lado; a Câmara tem muitas escolas, e pode gerir muito melhor as verbas, em muito mais quantidade, do que nós. A nós, ficava-nos, por criança, em dois euros e meio (2,50€) para almoçar. Ora, não brinquem connosco, se é para dar uma boa alimentação às crianças, com dois euros e meio (2,50€), nós não entrámos nisso e recusámos, ao Sr. Vereador dos Direitos Sociais, do Bloco de Esquerda, da Câmara de Lisboa, que isso não aceitávamos ??? que as crianças tivessem uma alimentação melhorada, e que a Câmara estaria em melhores condições de negociar esse tipo de alimentação, do que sermos nós a estarmos a fazer uma figura de heróis, em que estamos a pôr em risco a boa alimentação das crianças.

Além do mais, havia alguns problemas burocráticos da parte da Câmara, porque estava a fazer com que nós puséssemos primeiro os sapatos, e depois as meias. E portanto, havia ali uma série de questões burocráticas que dificultavam muito esta situação. Portanto, aí achámos melhor, para já, suspender essa matéria, e vamos ver se há condições, em futuros exercícios, se há condições para fazer este projeto. Agora, não é com dois euros e meio (2,50€) por pessoa, para alimentar saudavelmente uma criança.

Quanto aos parques caninos, de facto, um deles vai ser ??? e outro, se calhar, aqui ao pé do Museu de Etnologia, para já. Mas, há tempo, temos as nossas prioridades para ir fazendo, estamos a melhorar os outros que temos também, e temos outras prioridades neste momento, nas nossas equipas, que é reabilitar, e em alguns casos até substituir completamente, como fizemos e estamos a fazer em Caselas, parques infantis, situações que são urgentes porque a ASAE não dorme, e nós também não queremos pôr as crianças em perigo. O de Caselas vai ser totalmente substituído. Foi construído por nós. Então, foi por quem? Foi por nós. O parque infantil já está vedado. Estamos a falar do novo parque infantil de Caselas. Não, o novo, que está a ser feito, vai substituir esse; esse é integralmente substituído, não fica lá nada. Os outros, não; nos outros, estamos a fazer avaliações com empresas que percebem da situação concretamente. E é mais uma grande obra que nós vamos fazer, grandes obras que já temos estado a fazer. Agora, estamos ainda a negociar grande parte desses contratos. Daí, neste momento, como estamos a negociar, há um conjunto de investimentos que ainda estamos a preparar, porque já combinámos com o Sr. Vice-Presidente da Câmara, que tem essa tutela, até 30 de junho temos que ter tudo isso executado, com as empreitadas já definidas, tudo isso feito. Estamos perfeitamente dentro dos prazos.

Quanto a outros, nomeadamente da higiene urbana, o meu colega com o pelouro poderá concretizar um pouco melhor, já estão a funcionar desde o início do ano, e bem, e estamos a

melhorar os existentes, e em coordenação com a Câmara também, a acompanhá-lo ??? que a Câmara está a fazer na parte da higiene urbana. Não digo que somos nós; nós identificámos os locais, e temos mais para identificar, para colocação dos contentores subterrâneos de resíduos sólidos urbanos.

E por isso mesmo, nós temos aqui em receitas um aumento no nosso Orçamento de cerca de vinte e três por cento (23%). Portanto, neste momento, o que lhe posso dizer é que é um Orçamento realista, muito realista. Estamos conscientes de que a freguesia vai melhorar grandemente com estes investimentos que vamos fazer, estamos muito entusiasmados ??? chegámos a falar disso na reunião, ou não, mas eu próprio tinha dito que sim, que é um dos nossos objetivos, e não só esse moinho, também quero reabilitar – não sei se diretamente por nós, ou através de um outro, o moinho ao pé do Belém Park, que também está lá abandonado, que é nosso neste momento. Mas, o Parque dos Moinhos de Santana, de facto – ??? é outro moinho, esse está bonito, é um privilégio, está bem arranjado; mas, estou a falar de um moinho que está no Belém Park, que é uma pena. Também já estamos a reabilitar outro que está no ??? que é uma ruína, e agora vamos arranjar esses, o nosso objetivo é arranjar esses dois moinhos que estão no Parque dos Moinhos de Santana, mas de uma forma melhor, para aquilo poder funcionar mesmo, com as velas, pelo menos um deles, para ser realista. Estamos a ver isso com a Associação dos Moinhos, para ver se eles nos ajudam. Não é uma obra fácil, mas é um objetivo nosso, porque, realmente, o Parque dos Moinhos é um ícone, e gostaríamos que esses dois moinhos ficassem arranjados.

Quanto à aplicação destas verbas, de cinco milhões e oitocentos mil (5.800.000€), é nas atividades todas, que ainda há bocado teve a gentileza de falar, e que referiu várias delas, do nosso programa, e que nós já tivemos ocasião de debater isso quando foi a reunião com a Oposição.

Nos clubes, muitas pessoas deverem dinheiro: já que me pediu isso, posso dizer que são cerca de vinte por cento (20%) das pessoas que frequentam os clubes, até hoje, é à volta de vinte por cento (20%). De há cinco anos para cá, cerca de vinte por cento (20%), nas dívidas nos vários anos, cerca de vinte por cento (20%) – um quinto. Portanto, ainda é um número significativo; para o que se paga, é um número muito significativo.

Quanto às perguntas que me fazia, 2020, o ano da reorganização administrativa: é verdade, no ano de 2020, que é a metade deste mandato, quero ver uma nova reorganização, uma Lei orgânica de algo mais estrutural na Junta de Freguesia. Precisamos de algo mais definido. Já temos as coisas mais ou menos clarificadas, como é que isto funciona, mas com a dimensão que nós temos, temos que – aliás, até foi uma das recomendações do próprio Tribunal de Contas, esse tipo de organização.

As AEC's: como é evidente, as AEC's, como eu referi na altura, decidimos não assinar o protocolo. Realmente aquilo não estava a correr muito bem, mas porque é, realmente, uma concorrência desleal que nós temos em relação aos privados, porque se falha um professor – que está muitas vezes a falhar – nós demoramos pelo menos quinze dias, no mínimo, ou mais, para recrutar um novo professor; e nos privados, é logo no dia seguinte, que é uma prestação de serviços, aquilo é

logo. E nós, não, temos que cumprir várias regras da administração pública, que não se compadece com esse tipo de situações. E depois, obviamente, isso repercute-se muito negativamente na atividade das AEC's, e nós próprios sabemos que é assim. E portanto, não estivemos disponíveis para continuar nesse figurino, e são os privados, neste momento, que estão com a questão das AEC's.

**--- Tiago Pessoa (Vogal) ---**

Apenas para complementar, relativamente aqui a algumas matérias na higiene urbana, e na intervenção e questões que foram colocadas também pela Bancada do Partido Socialista, essencialmente aquilo que foi aqui notado foi o reconhecimento do investimento adicional que está a ser feito por via dos protocolos que foram celebrados, de delegação de competências – estamos a falar de uma verba de quatrocentos e cinquenta e seis mil euros (456.000€). Esse valor está diretamente refletido naquilo que é o Orçamento para este ano. Do diferencial de um ponto um milhões (1.100.000€) de que falámos há pouco, quatrocentos e cinquenta mil euros (450.000€) dizem respeito aos temas da higiene urbana. E portanto, nós aqui procurámos, não só identificar um conjunto de investimentos que já fizemos ao longo do ano de 2019, como projetar aquilo que são investimentos futuros, que vamos fazer, também ao abrigo desses contratos de delegação de competências, porque esta verba é uma verba que é paga todos os anos, e que estes contratos se renovam até ao término do mandato da Câmara Municipal de Lisboa.

E portanto, ficou bem claro que os reforços são feitos nomeadamente ao nível do reforço de pessoas, da contratação de pessoas. Estamos neste momento a terminar um procedimento concursal para o reforço de seis novos elementos na higiene urbana, assistentes operacionais, que irão permitir também colocar mais um encarregado operacional ao serviço, para melhor organizar toda a gestão destas equipas. Foram feitos investimentos em equipamentos importantes, nomeadamente no ano passado fizemos a celebração de um contrato de aluguer operacional de uma viatura, uma varredoura mecânica de quatro metros cúbicos, que vai continuar durante este ano – sendo um aluguer operacional, é uma despesa que decorre ao longo do período contratado, e é um investimento significativo, trata-se de uma máquina de grande porte que permite, de facto, fazer uma intervenção muito significativa na limpeza, principalmente nas grandes vias, porque é um equipamento de grande dimensão, e portanto, está mais talhado para limpezas nos arruamentos, e não nos passeios. Fizemos a aquisição também de uma viatura de cabine dupla para apoiar as equipas, para renovar esses equipamentos. Temos previsto para este ano de 2020 a aquisição de uma nova varredoura, esta de porte mais pequeno, de dois metros cúbicos, que permita, pela sua dimensão, poder fazer intervenções em arruamentos mais pequenos, e também eventualmente em alguns passeios onde é possível atuar, e portanto, isso vai ser também um complemento à atividade importante dos meios humanos que temos. Aquisição de novo fardamento, reforço do calçado para os novos colaboradores, para os atuais, que estão também em atividade.

Aqui falámos, e foi um dos temas que até tivemos oportunidade de debater, que tem a ver com a necessidade de termos aqui uma iniciativa muito forte no combate às ervas daninhas em toda a freguesia, um tema em que nós queremos, neste ano de 2020, ter uma intervenção de larga



escala, para conseguir, de facto, melhorar esta componente, que é muito importante – e sabemos que temos diversas reclamações sobre isso.

E também colocámos aqui neste Plano a questão de uma grande campanha de sensibilização – aliás, fruto até da sugestão do próprio Partido Socialista, que nós acolhemos – a realização de uma campanha de sensibilização em toda a freguesia – assumindo que toda a freguesia é grande, e a ideia é que ela, de facto, seja abrangente e que possa chegar, que do ponto de vista comunicacional seja mais efetiva, para além daquilo que é a comunicação que nós, hoje em dia, já fazemos com o Boletim, mas que pode ser reforçada com outras componentes.

Portanto, ao nível da higiene urbana, julgo que aquilo que é o diferencial no Orçamento está aqui justificado, e o ano de 2020 será, obviamente, um ano de reforço e de investimento nestas áreas. Obviamente que nós vamos monitorizando as reclamações que recebemos, algumas delas são frequentes, sabemos em concreto as áreas onde temos que intervir de forma mais urgente, e foi isso que previmos também para 2020.

Só para responder também à intervenção do deputado do Partido Comunista, sobre o tema que falou, sobre o desporto, e também sobre o torneio de basquetebol, não quero dar uma referência muito exaustiva sobre esta matéria, mas, de facto, é um elemento novo, o apoio ao torneio de basquetebol, e nomeadamente ao torneio que aqui falámos, surgiu já de uma iniciativa que decorre durante este ano, é um apoio que começa em 2019, e alastra-se para 2020, e não estava previsto no ano anterior.

Nós, na parte do desporto, falámos aqui sobre a questão da obra que queremos fazer, de beneficiação e de cobertura do parque, que queremos que seja um parque polidesportivo em Caselas. Esse valor também é um valor significativo do ponto de vista do Orçamento, e justifica também que nesse diferencial que aqui está, de um ponto um milhões (1.100.000€), há uma componente importante dos CDC's que diz respeito a esta intervenção.

E para já, relativamente às questões que colocaram, eram estes os esclarecimentos que queríamos dar.

**--- Fernando Magarreiro (PSD) ---**

O PSD analisou o Orçamento previsional, é o documento mais difícil que qualquer empresa, qualquer associação, qualquer organismo, deve fazer, é dos mais importantes, e é o mais difícil. E portanto, esta análise tem alguns ??? como acontece a todos – o próprio Orçamento do nosso Governo já foi ontem apreciado, e já têm havido algumas alterações ??? mapas que foram trocados, acontece, e este próprio também tem aqui alguns lapsos que irão ser corrigidos, certamente.

Mas, enfim, na essência, o PSD congratula-se com o documento feito. Acho que continua a cumprir o programa eleitoral a que se comprometeu perante o seu eleitorado, é um programa que vai ser desenvolvido durante o mandato para o qual nós todos aqui fomos eleitos. E por isso, entendemos validar este documento, e apresentar os cumprimentos ao Executivo pela dificuldade que é fazer

um Orçamento, e a dificuldade que é defender esse Orçamento perante esta casa. Logicamente, o PSD compreende estas questões que foram colocadas e formuladas pelos colegas de Bancada, entendo que as respostas foram dadas de forma cabal, e por isso mesmo cumprimento os membros do Executivo pelo documento feito.

**--- Fernanda Santos (PS) ---**

Os exemplos que dei, Sr. Presidente, eram meramente indicativos, porque, efetivamente, o Plano de Atividades é praticamente idêntico ao do ano passado. E também não se pode aceitar que durante estes quatro anos, o Plano de Atividades seja o mesmo, presumo. Seguindo a lógica que o Sr. Presidente aqui nos apresenta, que o Plano está em continuidade, chegamos ao final do mandato com os mesmos Planos de Atividades.

Mas, eu ia só fazer um exercício, exatamente pegando neste pequeno exemplo – que é pequenino, no meio disto tudo é pequenino – a alimentação saudável nas escolas, que estava no Plano para 2019, foi avaliado e não foi concluído. Nós não temos detalhe sobre este programa, diz só *“criação de um projeto de alimentação saudável numa escola pública”*. Não sabemos que espécie de projeto é, não sabemos qual é a escola pública. *“Melhor alimentação em escolas públicas, proposta em parceria com as empresas de catering”*, e é só isto que é a descrição. E esta até tem três linhas, porque há muitas atividades neste Plano de Atividades que têm o título só, nós não sabemos o que é que lá está. E portanto, se esta atividade, assim sucintamente apresentada nesta Assembleia, se chegou à conclusão que não tinha realidade, que não fazia sentido, então por que é que ela aparece da mesma maneira neste Plano de 2020. É só esta a questão. E acho que quando se prepara um Plano, exatamente, tem que se avaliar os resultados da atividade anterior, para se fazer ajustamentos e se preparar um novo Plano, em resposta às novas necessidades. Agora, estar a apresentar o mesmo plano dois anos consecutivos – foi porque, efetivamente, não houve tempo para análise de outros, mas agora vou ficar curiosa com este detalhe – efetivamente, não pode ser. O Plano tem que também trazer, uma vez que tem mais verbas, tem mais receitas para se poder executar, tem que trazer algo de novo, até porque, efetivamente, como aqui tem sido referido várias vezes, há um programa para cumprir ao abrigo do contrato de delegação de competências, há pelo menos sete áreas de intervenção, que não se veem aqui. O caso do desporto, a área do desporto está muito bem descrita, ao contrário dos outros anos, em que estava muito sucintamente apresentada, mas também, de uma forma geral, não apresenta novas atividades. As atividades que estão na área do desporto, se bem me parece, são em continuidade do outro ano, quando há um reforço de verbas nesta área, e efetivamente até dia 30 de junho o Sr. Presidente vai ter que apresentar estas atividades desenvolvidas, porque senão estas receitas voltam para trás. Nós só não queríamos que isso acontecesse, porque, efetivamente, seria um prejuízo para toda a freguesia, e acima de tudo para os fregueses. Mas, vemos com preocupação a execução deste contrato, porque, efetivamente, o Sr. Presidente não tem dado informação sobre a execução do mesmo, recusa-se a dar essa informação, e até neste documento, que é orientador para o próximo ano, nós não vimos aqui estas atividades plasmadas. Por quê? Porque ele é igual ao do ano passado. E portanto, não há aqui novidade nenhuma em relação a esta obrigatoriedade que existe para o cumprimento do contrato de delegação de competências.

**--- Presidente do Executivo ---**

---

Vamos lá ver, não me vou repetir, mas é evidente – por exemplo, Corrida de Belém, há a primeira, no ano seguinte é a segunda, no outro é a terceira. O Belém Vólei, já vamos na 30.ª Edição, ou quase. Quer dizer, todos os anos é uma coisa diferente, mas na essência é a mesma coisa. Mas, são os programas que cumprimos anualmente, não vamos inventar coisas só por inventar. A nós interessa-nos muito mais a eficácia, a eficiência e a realização das coisas, do que esse tipo de situações, apesar de ??? comunicação e imagem, estamos cientes disso, até para chegar às pessoas de uma forma mais clara. E a Assembleia é a entidade fiscalizadora das atividades da Junta de Freguesia, como é evidente. Mas, por isso mesmo é que tudo isto – eu acho muito bem-vindo, e agradeço imenso essas preocupações dos membros da Assembleia de Freguesia, porque isso nos ajuda a governar melhor, esse tipo de preocupações. Eu agradeço imenso, de facto, porque isso dá-nos um estímulo para desempenharmos mais, porque é evidente que ninguém perceberia se nós não fossemos utilizar estes recursos que temos agora para beneficiar a nossa freguesia, e esbanjar, ou não gastar esse dinheiro – “esbanjar”, não gosto da palavra, nunca iríamos esbanjar nada, mas investir – nem gosto da palavra “gastar”, é investir estas verbas. E portanto, aí, estamos dentro dos *timings*, e muito bem, e vamos continuar nessa situação.

**--- Tiago Pessoa (Vogal) ---**

Só relativamente ao tema da área do desporto, e porque falava há pouco que algumas atividades são de continuidade, de facto, o Sr. Presidente já falou aqui relativamente a algumas delas, como é o caso da Corrida de Belém, etc. Obviamente que aquelas atividades que estão a correr bem, acho que o objetivo é que elas se repitam, mas que melhorem. Numa leitura atenta de cada uma destas iniciativas, embora algumas delas se repitam do ponto de vista de novas edições, estabelecem novos objetivos em concreto. Por exemplo, no caso da Corrida de Belém, nós definimos que para o ano de 2020 queremos aumentar o número de participantes, para mil e quinhentos participantes. Queremos, ao nível do Orçamento, continuar com um Orçamento contido, ressaltando que nós, de 2018 para 2019, conseguimos fazer a Corrida de Belém gastando menos doze (12.000€) ou treze mil euros (13.000€). Portanto, há aqui, com atividades concretas, o estabelecimento de objetivos específicos. No caso, por exemplo, do Belém Vólei, propomos aqui, de facto, na 28.ª Edição, chegar aos trezentos participantes. Está aqui definido em concreto um critério de avaliação e de monitorização. No caso das Olisipiadas, por exemplo, este ano ficámos classificados em oitavo lugar, no conjunto das vinte e quatro freguesias, foi um prémio distintivo para a freguesia e para todos os clubes e jovens que participaram nesta atividade, onde participámos em treze modalidades oficial, e com vários jovens, e com o grande apoio dos clubes aqui da freguesia. Aquilo que estabelecemos do ponto de vista de objetivo para o próximo ano é melhorar a posição que queremos, e tentar chegar aos lugares mais cimeiros, porque isso prevê, entre outras coisas, a possibilidade de apoios específicos por parte da Câmara Municipal de Lisboa para investimentos em atividades específicas de desporto. Por exemplo, este ano, com o dinheiro que vamos receber pelo oitavo lugar, vamos investir em novos equipamentos para as aulas que são dadas, de desporto, aqui no Centro Social.

Portanto, isto só para dizer que algumas das atividades, de facto, vão em continuação, mas procuram, de alguma forma, elevar a fasquia do ponto de vista da ambição daquilo que queremos para a participação das pessoas. E nessa perspetiva, eu acho que é importante realçar que não é uma cópia do ano anterior, como numa primeira leitura se pode concluir.

**--- Presidente do Executivo ---**

Só dar conta de uma situação: eu não sou muito aventureiro nestas questões, sou muito terra a terra. E de facto, naquela linguagem ??? quando começa a destoar ??? E aqui aconteceu um pouco disso, foi mesmo nas vésperas do projeto de alimentação saudável, depois de ter tido uma reunião com algumas pessoas, cheirou-me logo que aquilo não iria correr bem. Posso dizer que tive um pressentimento, eu não pude arriscar, eu não queria arriscar com a alimentação das crianças. E reparem, aquilo implicava, além de uma coordenadora para aquela área toda da alimentação, uma nutricionista, duas cozinheiras, uma série de situações que eram irreversíveis. E eu, quando começo a sentir aquela pressão toda da parte do Vereador dos Direitos Sociais, a querer, na prática, forçar-nos, ??? retirar dos ombros deles essa responsabilidade. Desculpem lá, mas não é enviar as coisas, como eles fizeram para a educação – na altura, a atual Ministra da Cultura, que era Vereadora da Educação ??? outras competências ??? E isto é a mesma coisa, só que, depois, quem tem que aturar os pais dos meninos, a dizer que os meninos ficaram com dores de barriga, com diarreias, e por aí fora, eramos nós ??? responsabilidade nessa matéria. Agora, não é passar para as Juntas, de qualquer forma, e ficar-nos a dois euros e meio (2,50€) por cada criança. Acho que é demais. E depois, a questão toda de que tínhamos que contratar cozinheiras, nutricionistas, e sei lá mais o quê. E já não se podia voltar para trás, depois. Portanto, achamos que a Câmara tem mais capacidade para fazer, tem melhores condições, porque contrata em grande escala, e depois logo se há de ver, avaliaremos, se as circunstâncias melhorarem, que possa ser compatível com uma mudança de situação. Nós, por princípio, estamos perfeitamente de acordo, e por isso temos tido isto nos nossos Planos de Atividades, como uma hipótese a avaliar, mas temos que negociar. Isto não é estático; isto é tudo dinâmico.

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com sete (7) votos a favor (PSD, CDS-PP), um (1) voto contra (PCP), e três (3) abstenções (PS). -----*

PONTO 5.1 – Apreciação e ratificação de Relatório de Avaliação do Projeto Socioeducativo do ano letivo 2018/19

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----*

PONTO 5.2 – Apreciação e ratificação de Projeto Socioeducativo do ano letivo 2019/20

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com sete (7) votos a favor (PSD, CDS-PP), e quatro (4) abstenções (PS, PCP). -----*

PONTO 6.1 – Apreciação de Bens a abater no inventário (ano de 2019)

Ponto apreciado. -----

PONTO 6.2 – Apreciação e aprovação de Alteração ao Regulamento de Inscrição nas Modalidades Desportivas

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com dez (10) votos a favor (PSD, CDS-PP, PS), e uma (1) abstenção (PCP). -----

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Uma declaração de voto oral. Sr. Presidente, o que nos tem levado a este tipo de votação relativamente a estas questões é uma pequena questão, diria filosófica: nós consideramos que no mundo atual, e no quadro de funcionamento das cidades atuais, onde as pessoas circulam como nunca circularam, e as pessoas utilizam os bens coletivos de várias unidades territoriais, independentemente da relação que têm com elas, criar esta figura da distinção de preços entre pagamento para os recenseados e pagamento para os não recenseados, não tem qualquer sentido que justifique isto. Aliás, na sessão anterior, eu próprio fiz esta pergunta ao Executivo, e a resposta foi manifestamente insatisfatória. Não há razões, do ponto de vista da gestão dos equipamentos e do ponto de vista social, que possam justificar a consideração diferenciada de qualquer utilizador dos equipamentos do Município. E é por esta razão que nós não podemos votar favoravelmente esta proposta.

PONTO 6.3 – Apreciação e aprovação de Alteração ao Regulamento interno dos campos de férias

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 6.4 – Apreciação e aprovação de Acordo anual de parceria com o Abrigo Infantil de Santa Maria de Belém – Centro Paroquial de Assistência de Santa Maria de Belém

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Sr. Presidente, o texto que é apresentado é um texto que é semelhante aos textos apresentados nos anos anteriores. Nós consideramos, sem pôr em causa a utilidade e a justeza deste acordo, ou deste contrato, nós consideramos que o texto da proposta deveria ser explícito relativamente à contrapartida, neste caso, do Centro Paroquial. É óbvio que é na prestação das atividades das CAF's e AAAF's, mas não é dito – pelo menos aqui, pode ser que essa informação exista num outro documento – quantas pessoas estão envolvidas, qual é que é o horário, qual é que é a contrapartida. Eu não sei se três mil e seiscentos euros (3.600€) é pouco, é muito, é suficiente, é

insuficiente, com este tipo de informação. E portanto, é uma questão novamente de rigor, e que ajudaria à formulação de uma ideia mais fundamentada sobre esta proposta.

**--- Presidente do Executivo ---**

É preciso ver que este acordo é uma continuidade de outros, devido não só à proximidade, mas até ao relacionamento que temos com a Paróquia de Santa Maria de Belém. Mas, eu vou passar aqui à minha colega da educação, para ela explicar mais em pormenor isto.

**--- Helena Lencastre (Vogal) ---**

A CAF funciona como funcionam as outras CAF's nas outras escolas, é entre as oito da manhã e as nove da noite. Na CAF da Escola ???, quem executa é o Abrigo de Santa Maria de Belém, é esta associação. E portanto, nós damos uma verba mensal ??? que a Câmara nos dá em tranches. Esse valor, que no ano passado era de quatro mil (4.000€), nós apurámos que era excessivo. Este ano, chegámos a acordo que era melhor três mil e seiscentos (3.600€), para ser mais parecido com o número de crianças, com a comparticipação que têm, em função do número de crianças, crianças com necessidades educativas especiais, é preciso às vezes mais uma auxiliar – ou monitor, neste caso – e portanto, a verba que damos é de três mil e seiscentos euros (3.600€) por mês, achámos que era mais correto, para depois não ter que haver um grande reembolso deles do valor que for a mais, como vão ter que fazer este ano. O número de alunos é sempre variável, podemos ter mais crianças, menos crianças, mais escalão A, B ou C, e portanto, tudo isso é ???. São valores mensais que ??? e que a Câmara nos dá a nós, Junta, e que nós ??? e fazemos, no final do ano, um acerto. E é assim que se chegou a este valor.

Em relação ao funcionamento, é como funcionam as outras CAF's. Mas, se quiser, também posso fazer chegar essa informação.

**--- Maria Judite Fragoso (CDS-PP) ---**

Era só para dar aqui uma nota, que já foi referida, com algumas imprecisões, nestes documentos, que por vezes nos escapam, aqui nomeadamente no Ponto 8, e passo a ler: *“Nesse sentido, a Junta de Freguesia de Belém irá pagar catorze mil e quatrocentos euros (14.400€) relativos ao ano de 2019, e vinte e oito mil e oitocentos euros (28.800€) relativos ao ano de 2019.”* Pronto, era para pedir que houvesse aqui, de facto, uma retificação destes valores.

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade.* -----

**PONTO 13 – Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia**

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

É mesmo um pedido de informação, Sr. Presidente. Em todos estes documentos – ou, senão, na maioria deles – há um capítulo relativamente aos apoios concedidos por parte da Junta de Freguesia. Como as várias intervenções, inclusivamente nesta sessão de hoje, já demonstraram, estas questões financeiras são as questões de maior delicadeza, nomeadamente para quem está deste lado da mesa. E o que eu queria saber, eu creio que não há nenhum regime ou regulamento

ainda da Junta de Freguesia para enquadrar este conjunto de apoios financeiros. Eu creio que esta questão já foi equacionada, nomeadamente aqui na Assembleia de Freguesia. E portanto, a questão era quando é que a Junta de Freguesia pretende resolver esta questão.

**--- Fernanda Santos (PS) ---**

Eu estava à procura da informação mais precisa, mas, de um modo geral, Sr. Presidente, eu vi no Plano de Atividades – quando estive a fazer esta consulta exaustiva, como o Sr. Presidente já verificou – e no Plano de Atividades de 2019, imagine-se que dizia que, para este ano, agora, nesta época, iríamos ter um grande evento de natal – concertos, presépios, iluminações, Sr. Presidente, iluminações tão desejadas – e isto numa ampla articulação com os comerciantes. Não sei se me escapou, se está em alguma zona da freguesia que eu não tivesse passado, mas, Sr. Presidente, aqui, de iluminações, podemos dizer que estão dois pinheirinhos ao pé da Igreja, de dois fregueses que embelezam a nossa freguesia, e tirando aquelas pequenas luzinhas ali que a Câmara coloca na cidade, parece-me que, efetivamente, esta grande festa de natal não aconteceu, ou ainda vai acontecer. Como sabem, tenho um carinho especial por esta época, e pelas iluminações, e estava com grande expectativa – e por isso não lhe tinha perguntado em setembro – estava com claras expectativas de ter uma festa de natal grande aqui na nossa freguesia.

**--- Presidente do Executivo ---**

Eu também partilho da vossa expectativa. O que se passa é o seguinte – vamos começar pela segunda parte: como sabem, houve uma posição que tomámos, aqui há uns anos, quando ainda eramos Santa Maria de Belém, e não tínhamos tantos meios financeiros como temos, em que, de facto, substituímos, na altura, a hipótese de iluminações de natal pelos cabazes solidários – hoje é o cartão solidário. E temos estado a fazer isso. Por acaso, este ano ainda pensámos nisso, muito sinceramente – aliás, estive essa hipótese prevista. A única coisa que ainda consegui, e foi um pedido nosso para a Câmara, foi que a Rua de Belém ficasse toda iluminada, e está, temos uma rua iluminada no centro histórico de Belém. Foi um pedido nosso à Câmara, porque se todas as outras Juntas também pedem, nós também temos de pedir um bocadinho, e lá conseguimos isso.

Agora, temos que pensar, talvez, para alegrar um pouco, e como já temos mais verbas do que tínhamos antigamente – não quero que pensem que é contraditório, realmente já temos mais verbas do que tínhamos antigamente. Antigamente, para fazermos o cartão solidário, condição *sine qua non* era não termos iluminações de natal; agora, e no futuro, penso que, se calhar, já podemos fazer isso. Mas, eu gosto muito que as pessoas participem, não sermos só nós a fazer. Isso vai começar a ser preparado, com calma, durante este ano, já a pensar no próximo ano, para animar um pouco as nossas ruas, as zonas principais – não hão de ser todas, mas as principais. Temos várias iniciativas previstas nesse sentido.

Quanto à questão dos apoios, vamos lá ver uma coisa: a Junta de Freguesia é sensível aos apoios às diversas entidades que os solicitam. E por isso mesmo, têm que ser entidades ligadas à nossa área. Quando fazemos a distinção entre recenseados e não recenseados, é evidente que quem está recenseado, é porque quer mesmo participar aqui na nossa zona. Senão, só está a viver, e não é recenseado; mas, pode recensear-se. Quem está recenseado tem que ter melhores

condições do que outro que não está recenseado. Acho que isso é pacífico. Por quê? Porque nós, por força da Lei, as verbas que temos é para aplicar em prol – aliás, como illustrei no início ??? temos aqui, a nossa colega de Bancada, Dra. Margarida Cabral, no outro dia disse que estas verbas têm de ser alocadas para iniciativas que sejam mesmo da freguesia. Isso é normal, é condição da nossa razão de estar aqui. De maneira que quando nós aprovamos esse tipo de situações, é sempre em reuniões do Executivo. O Executivo reúne-se, e caso a caso, consoante os pedidos, vai aprovando essas situações. Eu não estou a dizer que não se possa começar a pensar, qualquer dia, em se mudar o regulamento, e já se pensou várias vezes nisso. Neste momento, não temos, para apoios que possam ser, por exemplo, na parte dos licenciamentos, já está publicado em Diário da República, estamos à espera da publicação de um regulamento para dar ainda mais transparência ao que já existe, vamos tentar sempre ir melhorando estas situações. E temos outros também a ser analisados, quer para artistas, quer para músicos, enfim, estão a ser analisados nos licenciamentos.

Agora, o que eu vos quero dizer é que isso é o Executivo, no âmbito das suas competências, que se reúne e vê caso a caso, para apoiarmos, porque a nossa sensibilidade é mesmo para sermos uma espécie de alavanca das coletividades e das outras entidades que são daqui da nossa freguesia, e que, às vezes, podem ter dificuldades, e nós damos um pequeno empurrão, uma pequena ajuda, quando eles estão, realmente, numa situação de impasse, porque temos que gerir muito bem este dinheiro, com muita parcimónia. Mas, temos várias situações – posso dizer que ainda hoje estive na Mesa de Nossa Senhora, lá a almoçar, no almoço de natal. Pronto, é uma instituição que nós apoiamos muito, a “Pobreza Silenciosa”, também é outro projeto que nós apoiamos, são situações que nos são expostas, que nós analisamos, e depois decidimos, para instituições da freguesia, umas religiosas, outras não religiosas, coletividades – enfim, cada caso tem o seu tratamento. Ainda no outro dia foram algumas coletividades que também apoiámos, com vários apoios, de diversa índole. Mas, está tudo aprovado em reuniões do Executivo e exarado em ata, para que não haja qualquer dúvida, como é evidente. E depois, trazer aqui, para os Srs. Membros da Assembleia de Freguesia tomarem conhecimento daquilo que se está a passar.

#### **--- Presidente da Mesa ---**

Como é sabido, e como primeiro eleito do grupo a que pertenço, nós ??? mantemos esse empenhamento, seguramente, e espero que o Executivo dê a devida atenção, até porque acho que é possível, à semelhança do que disse agora o Sr. Presidente, às vezes com poucos meios, mas com criatividade e juntando boas vontades, ter algumas iniciativas que fazem sentido numa freguesia que tem o âmbito familiar e residencial que esta tem, por um lado, e até o âmbito turístico, que pode ajudar, e o próprio nome pode ajudar a potenciar essa possibilidade. Estou certo que numa próxima ocasião será tido em devida atenção.

## ENCERRAMENTO DA SESSÃO

---Nos termos e para os efeitos do art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no n.º 4 do art.º 29.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Belém, foi feita a leitura da Minuta da Ata da 4.ª Sessão Ordinária

---



da Assembleia de Freguesia de Belém 2019 pela 1.ª Secretária e colocada a votação, tendo esta sido **aprovada** por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa, com a finalidade de conferir eficácia imediata às deliberações aprovadas. -----

---Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada por todos os elementos que compuseram a Mesa da Assembleia. -----

.....  
Presidente da Assembleia de Freguesia

.....  
1ª Secretária

.....  
2º Secretário